



COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

** Gilson Jacob Bergoc*

RESUMO

O texto seguinte, abordando o papel da cooperação no processo de desenvolvimento regional, foi extraído da dissertação de mestrado “Associações de Municípios do Estado do Paraná: Cooperação e Planejamento para o Desenvolvimento Regional”, orientada pelo prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli, defendida em 2001 na FAU-USP. Partindo dos objetivos das Associações de Municípios, o artigo discute as principais teorias que tratam do tema “região”, identificando novas possibilidades nas experiências contemporâneas, particularmente a importância da organização de municípios com a participação da sociedade civil no desenvolvimento de regiões que estão procurando saídas frente ao processo de globalização. Discute ainda a cooperação no processo de planejamento regional e a aparente contradição frente à competição entre municípios.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Intermunicipal; Desenvolvimento Regional; Planejamento Urbano Regional; Associativismo e Cooperação.

ABSTRACT

The following text, approaching the role of cooperation in the regional developmental process, has been taken from the master's degree dissertation called “City Associations in the State of Paraná: Cooperation and Planning for regional Development”, presented under the advisory of Dr. Celso Monteiro Laparelli, and defended in 2001 at FAU-USP. Taking the goals of the City Associations as a starting point, the article discusses the main theories dealing with region, identifying new possibilities in contemporary experiences, particularly the importance of municipal organization with the participation of civil society in

* Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UniFil.
Coordenador do Colegiado do mesmo Curso.
Mestre pela FAU-USP.
E-mail: gilson@filadelfia.br



the development of regions that are looking for solutions in face of the globalization process. It discusses cooperation in the regional development process and the apparent contradiction of a competition among the cities.

KEY-WORDS: Inter-Municipal Cooperation; Regional Development; Regional Urban Planning; Associationism and Cooperation.

COOPERAÇÃO

A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

As Associações definem em os Estatutos que devem atuar em “*regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como com órgãos estaduais, federais, entidades privadas ou mistas*”¹ (grifo nosso).

Pode-se questionar o que vem a ser essa cooperação, pois, se seus Estatutos definem a necessidade de **íntima cooperação** entre os Municípios, sabe-se que existe uma grande disputa entre estes, disputa essa por investimentos, liderança, auxílios, prestígio, etc. Ao mesmo tempo, várias lideranças que se apresentam como representantes dos municípios defendem suas autonomias e pregam a necessidade de maior independência administrativa, burocrática e até financeira, enquanto outros – às vezes até os mesmos – solicitam repasses da União e de seus respectivos Estados, demonstrando uma grande dependência de outras esferas do Estado para a sua sobrevivência.

A cooperação é, pois, um conceito-chave na análise dos objetivos, vida, sucesso e resultados das Associações e, portanto, merece um exame mais aprofundado.

A COOPERAÇÃO NO CAPITALISMO

O fato de o homem ser um ser social, distinto dos demais animais pela sua capacidade de intervenção na natureza através do uso da razão, também se torna diferente ao criar meios e métodos de organização do seu trabalho, que proporcionam ganhos de produtividade acima de uma simples soma aritmética, ao colocar várias pessoas produzindo juntas e ordenadamente sob comando único.

1: ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ (AMUVI). Jandaia do Sul - PR. (Cópia reprográfica). 1969.



MARX (1980, p.374) tratou dessa questão em capítulo específico de sua obra. Demonstrou a importância que o trabalho cooperativo tem no processo de produção capitalista. Em sua conceituação mais elementar, define a cooperação como sendo *a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos*.

Nesta conceituação, MARX (1980, p.385) está se referindo à cooperação simples. Lembra também que não é um procedimento iniciado pelo capitalismo, pois já existiam formas de trabalho em cooperação em outros modos de produção e outros momentos da história. No entanto, o que mais chama a atenção é a afirmação de que *“a cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista. Na sua feição simples constitui o germe de espécies mais desenvolvidas de cooperação, e continua a existir ao lado delas”* (grifo nosso).

A afirmação parece responder à questão mais instigante: Como pode existir **íntima cooperação** entre os Municípios se aparentemente eles disputam entre si investimentos, liderança, auxílios, etc. ?

No entanto, não termina por aqui a dúvida. Se é a forma fundamental, por que há a concorrência, a disputa entre os Municípios? Análises mais contemporâneas podem explicar melhor esse paradoxo.

LOJKINE (1972, p.12) trata dessa questão, afirmando que há uma oposição entre a organização – relativamente racional – da cooperação em uma unidade de produção, ou um conjunto de empresas controladas pelo mesmo grupo capitalista, e a “anarquia” que se manifesta na divisão territorial do trabalho.

Esse autor faz uma distinção entre a organização dentro de uma unidade produtiva, ou num conjunto de empresas de um mesmo grupo, e o que se passa fora dela. A divisão territorial do trabalho é a organização deste no espaço da cidade. Essa oposição é aparentemente contraditória à afirmação de ser *“a cooperação a forma fundamental do capitalismo.”* Pois, se o é, não deveria se manifestar também no espaço urbano e, mais, na relação entre as cidades? O que explica essa aparente contradição é o fato de existirem múltiplas interferências tanto em relação ao que chamamos de urbano, quanto nas relações existentes entre as cidades.

Não será um fenômeno isolado que possibilitará a compreensão deste que é um processo mais complexo e que tem caminhos nem sempre possíveis de serem “racionalizados”. As várias faces desse fenômeno precisam ser analisadas. Frise-se, também, que há uma interferência, não apenas de uma, mas de muitas vontades, que se expressam de diferentes formas e cuja força se altera com as mais variadas possibilidades. Essas múltiplas interferências requerem uma outra organização para fazer as mediações e o controle: o Estado.



O PAPEL DO ESTADO E A COOPERAÇÃO

Lamparelli, ao estudar o processo de formação do urbano no modo de produção capitalista monopolista, afirma que:

“A intervenção do Estado é determinada por múltiplas causas. O capital monopolista, que detém poder suficiente para influenciar decisivamente a ação estatal através de vários mecanismos, tenta instrumentalizá-lo no sentido de fazer com que suas intervenções beneficiem diretamente a acumulação de capital, quer através de ajudas diretas à produção, quer pelo viés dos subsídios ao custo de reprodução da força de trabalho, quer facilitando a realização do valor” (LAMPARELLI, 1997, p.27).

O Estado atua de forma a atender aos diversos interesses existentes na sociedade, colocando-se socialmente como o defensor dos interesses da sociedade como um todo. Entretanto, aquele que possui as condições efetivas para influenciar nessa ação consegue formular as políticas que irão concretizar as ações desse Estado. As intervenções diretas no processo de acumulação podem ser relacionadas às injeções de capital repassadas ao sistema financeiro, ou mesmo à participação do Estado nas operações monetárias diárias, visando garantir a moeda nacional ante especulações de grandes “investidores” nacionais e internacionais.

As ajudas à produção, os programas de financiamento habitacional, saneamento e outras melhorias urbanas são bons exemplos de benefícios a vários interesses ao mesmo tempo. Em toda a cadeia produtiva da construção civil, da indústria do cimento e da siderurgia, passando pelas construtoras, incorporadoras, agentes financeiros e imobiliários, pela geração de empregos diretos e indiretos, até chegar ao beneficiário final, o morador de uma habitação, neste exemplo, recebe os impactos de uma política desse tipo.

Lamparelli explicita o capital monopolista como o detentor da força que pode influenciar decisivamente as ações do Estado, de forma geral. Dependendo do nível de governo, municipal, estadual ou federal, as condições que o Estado tem para fazer valer políticas que respondam às necessidades sociais são diferenciadas. Depende também da forma como o Estado está organizado, ou melhor, do regime do Estado, se autoritário ou democrático, bem como do patamar de organização e da capacidade de reivindicação e proposição da sociedade civil:



“Por outro lado, o Estado, sobretudo em períodos de democracia formal, é sensível às lutas que se travam na sociedade civil e age muitas vezes em função dessas lutas, levando assim, em alguns casos, os benefícios de suas intervenções às classes dominantes. Essas lutas refletem-se ainda no seu próprio seio, influenciando a prática político-administrativa num sentido ou noutro, em função da correlação de forças conjunturais. Toda e qualquer intervenção estatal nas condições gerais é, no fundo, multifacetada, e um mesmo conjunto de ações, ou políticas, pode ‘beneficiar’, ao mesmo tempo, interesses divergentes. É nesta característica (entre outras) que reside a possibilidade do Estado fazer crer na sua isenção político-ideológica, perpetuando assim o mito do ‘Estado-neutro’” (LAMPARELLI, 1997, p.27-28).

Aparecer como “Estado-neutro” é uma condição ideológica para a sua legitimação. A identificação direta com um grupo de interesse, com uma classe social, pode pôr em xeque o sentido da sua existência. No entanto, responder aos interesses de uma classe, pelo mesmo caminho que responde aos interesses de outra, reforça a idéia da neutralidade, contribuindo com a permanência do mito, como expressou Lamparelli. Assim, pode-se dizer que a cooperação no modo de produção capitalista, enquanto forma de articulação de diferentes interesses com objetivos comuns, tem um papel importante no processo de legitimação do Estado e também no processo de manutenção do próprio modo de produção.

Reverendo as etapas das relações de produção capitalistas analisadas por Marx: cooperação simples, manufatura, grande indústria, TOPALOV (1978) acrescenta uma quarta etapa: a da automatização. Descreve cada momento dessa evolução, mostrando suas respectivas rupturas. Mostra, por um lado, como os trabalhadores vão sendo expropriados de suas ferramentas de trabalho, e, por outro, como vai sendo transferida para fora da unidade produtiva a responsabilidade pela formação de novas condições que vão possibilitar o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que se busca a criação de “*uma rede nacional e mundial de transporte e a especialização do capital comercial*” (TOPALOV, 1978, p.23).

O mesmo autor ainda afirma que:

“Sobre esta base da reserva de mão-de-obra e da infra-estrutura industrial, as forças produtivas da cidade são o resultado, enfim, da conexão espacial das próprias empresas industriais. A concentração favorece as relações de interdependência de cooperação:



estas relações são instáveis, já que se estabelecem através do mercado e dependem do movimento do “lucro”. Não obstante, são essenciais para o desenvolvimento da divisão social do trabalho” (TOPALOV, 1978, p.25).

A urbanização produz e reproduz as condições gerais. É um processo contínuo que requer alguns fatores básicos, que se alimentam mutuamente numa interdependência em que se pode relacionar a infra-estrutura, a mão-de-obra (reserva ou força de trabalho), as empresas produtivas ou de serviços, etc. Topalov explica da seguinte maneira:

“Primeiramente, há um conjunto de infra-estruturas físicas necessárias à produção e aos transportes. Em segundo, uma reserva de mão-de-obra onde a força de trabalho se reproduz com base em equipamentos coletivos de consumo. Em terceiro lugar, um conjunto de empresas capitalistas privadas, no setor produtivo ou no setor de circulação, cuja cooperação no espaço aumenta a produtividade. Por último, e é essencialmente igual aos três elementos já citados, essas condições gerais estão constituídas pela articulação espacial desses elementos, por um valor de uso complexo que se desprende do sistema de todos esses valores de uso simples” (TOPALOV, 1978, p.26).

Observe-se que essa inter-relação é indispensável aos vários elementos que participam desse processo. E é das diferentes necessidades oriundas de cada interesse que emerge a necessidade de cooperação. A aglomeração de pessoas, a demanda por infra-estrutura, atividades e serviços geram a necessidade de articulação espacial, que se complementam, tirando proveito dessa particularidade da organização social, econômica e política. Vários autores, além dos mencionados, procuraram entender e explicar essa situação, para diferentes momentos históricos do desenvolvimento do capitalismo. São eles: Castells, Lojkine, Lefebvre, Lamparelli, Singer, Oliveira, Santos, Harvey, Gottdiener, entre outros.

Entretanto, não é só a articulação espacial que necessita dessa inter-relação. As condições atuais do desenvolvimento das forças produtivas e o nível de concentração do capital engendram mecanismos mais aperfeiçoados e introduzem formas mais apropriadas a essa situação.



O LOCAL E O GLOBAL

Lipietz, em artigo publicado na Revista “Espaço e Debates”, em 1994, chamou a atenção para algumas alterações significativas que já apontavam para o esgotamento do modelo fordista dominante após a 2.^a Guerra Mundial. A crise de grandes empresas com enorme grau de organização e domínio sobre territórios que extrapolavam fronteiras nacionais, em paralelo com o crescente dinamismo de algumas experiências denominadas “desenvolvimento regional endógeno”, contrasta, segundo o autor, com os métodos de análise do desenvolvimento regional. “*O local e o global: na economia espacial, na economia regional ou internacional, este contraste não se situa somente entre objetos de estudo, mas consiste num contraste de método*” (LIPIETZ, 1994, p.10). Para explicar seu argumento, faz uma revisão crítica das principais teorias que tratam da questão, como será visto.

TEORIAS DE REGIÃO E DESENVOLVIMENTO

As diferenças de crescimento e desenvolvimento de uma região são explicadas através de teorias que procuram relacionar natureza, forma, tipologias, modos produtivos, cultura, etc. de uma cidade e de uma região à sua posição em relação a outras cidades e regiões. Podemos encontrar em Santos, Lobato, Andrade, Harvey, Castells, Gottdiener, Rochefort e vários outros autores, brasileiros ou não, estudos e conceitos de região e de desenvolvimento.

O avanço da técnica e a consciência humana de suas conquistas sobre a natureza alteraram profundamente esses conceitos ao longo dos anos.

Uma publicação do IPEA (2000) traz importante contribuição para o entendimento da evolução desses conceitos, particularmente para os estudos sobre regiões e redes urbanas.

Interessa, entretanto, neste trabalho, procurar algumas explicações sobre as experiências de articulação regional onde os atores e agentes locais têm papel destacado no processo de desenvolvimento local e regional. Assim, será dada ênfase aos estudos desenvolvidos por alguns autores que procuram trabalhar nessa perspectiva.



A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS

LIPIETZ (1994, p.10-20) faz uma retrospectiva, relembrando o debate pré-Segunda Guerra, quando foram formuladas as teorias da hierarquia urbana. Citando Christaller (1933), a Escola de Iena (Lösh, 1940) e os pressupostos utilizados para a formulação dessas teorias – espaço plano, homogêneo, questiona a emergência de concentrações urbanas de atividades manufatureiras ou terciárias. Questiona também como dar conta da hierarquia entre essas aglomerações. Formalizavam esses teóricos a concepção de que, partindo da premissa da maximização dos lucros e minimização dos custos, obtém-se um ponto “ótimo” na escala de produção. Este é atingido se o produtor contemplar um círculo definido de espaço homogêneo. *“As produções urbanas tenderão, portanto, a organizar-se em redes de ‘lugares centrais’ cujos círculos recobrirão o espaço, o que é melhor realizado quando a rede é constituída de malhas hexagonais”* (LIPIETZ, 1994, p.10).

O autor critica esse modelo teórico, lembrando que essa concepção remete à idéia de uma “mão invisível”, sendo um conceito “estruturalista”. Interpõe que as empresas instalam-se e concentram-se onde os clientes buscam os serviços ou as mercadorias; portanto, tirando proveito dessa aglomeração, que estabelece uma concorrência. Essas empresas apresentam *“economias de aglomeração internas no ramo”* e *“efeitos de proximidade”*.

“Assim, a teoria espacial mais estruturalista, inspiradora das gestões administrativas do território mais funcionalistas, repousa sobre um imponderável, um não mensurável, um princípio de organização não mercantil, específico à própria aglomeração, que pode, no máximo, ser iniciado e estimulado por decisões administrativas superiores” (LIPIETZ, 1994, p.12).

Acrescenta ainda a crítica que a grande fraqueza dessa teoria reside no pressuposto de que o espaço é homogêneo.

A TEORIA DAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

Em seguida, expõe as “ortodoxias” que dominaram o debate nas décadas de 1960 e 1970: a teoria das etapas de desenvolvimento. São citados os autores que defendiam essa teoria (CLARK, 1951; ROSTOW, 1963; e VERNON, 1966), em que cada área geográfica passaria pelas mesmas etapas, pelos mesmos estágios de desenvolvimento para, então, em algum momento, atingir um mesmo patamar.



“Cada área geográfica deveria supostamente passar pelas mesmas etapas do esquema histórico de Colin Clark (1951), os estágios: pré-industrial (primário), industrial (secundário), pós-industrial (terciário ou quaternário). Mas todos os países (ou regiões) não “decolariam” no mesmo momento, daí o desenvolvimento relativo de uns em relação a outros a cada momento histórico. [W. Rostow (1963)]” (LIPIETZ, 1994, p.12).

As diferenças existentes, segundo essa teoria, se explicavam por causa de uma defasagem em relação ao momento da “decolagem” e pelo fato de que, progressivamente, há um deslocamento da produção para os países menos desenvolvidos.

“Transversalmente a essa diferenciação das áreas geográficas, os novos produtos inventados nas zonas mais desenvolvidas se banalizariam e a sua produção se deslocaria para centros menos desenvolvidos (ciclo do produto de Vernon [1966])” (LIPIETZ, 1994, p.12).

Lipietz critica essas formulações, principalmente porque remetem à “teoria” para acasos da história, para a “personalidade dos países”, sendo que a “decolagem” depende de reformas internas, mas que, uma vez passadas as etapas, os últimos “alcançariam” os primeiros, importando seu *know-how*. Afirma o autor que a teoria “*deriva de uma metodologia ‘individualista’ (com ‘indivíduos coletivos’: os países)*” (LIPIETZ, 1994, p.12).

Essa forma de explicar a realidade leva à formulação de outra teoria, que denomina como “teoria globalmente estruturalista: a teoria da dependência”, que define o **subdesenvolvimento** como sendo o **outro lado do desenvolvimento**. A dominação política e a concorrência do mercado mundial entre nações seriam as responsáveis pelas diferenças de acúmulo desses países. Consolidar-se-ia, então, uma “*divisão internacional do trabalho entre um centro dominante, manufatureiro e terciário, e uma periferia dominada, exportadora de bens primários, agrícolas e minerais.*” Impedimentos, em razão da troca desigual e dos progressos da competitividade do centro, tornavam as condições de entrada nos circuitos mais elevados cada vez mais difíceis. Essa teoria era facilmente transposta para as regiões internas dos países, segundo o autor.

Por outro lado, novos países se industrializavam no Terceiro Mundo. Em fins dos anos 1970 surge, segundo o autor, uma “*nova ortodoxia*”: a nova divisão internacional do trabalho. A teoria foi formulada inicialmente como uma “*relocação*” entre a organização do trabalho e os principais mercados



dos países desenvolvidos e a atividade de menor qualificação, em particular, as atividades de mão-de-obra, que caberiam às regiões mais pobres. As principais críticas são com relação à generalização de “*um estruturalismo global dirigindo o conjunto da economia-mundo*” formulada pelo próprio autor. As críticas até admitiam a hipótese do controle no âmbito de um território politicamente homogêneo. No entanto, não poderiam ser generalizadas indiscriminadamente. Assim afirma LIPIETZ (1994, p.13):

“Se, portanto, as firmas internacionais buscassem estender os seus circuitos de ramos sobre as nações como elas tinham feito sobre as regiões, elas encontrariam aí um agente muito mais autônomo, o Estado local, expressão de uma ‘indiosincrasia’ local, com os seus agentes, os seus conflitos e suas ambições.”

A presença desses agentes inibe ou dificulta, em alguns casos, e facilita ou melhora as condições, em outros, não cabendo uma generalização simples do controle externo da economia para as regiões, indiscriminadamente.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL “ENDÓGENO”

O estudo da “Terceira Itália”, uma experiência de desenvolvimento, serviu como estudo de caso que levou a um rompimento das teorias mencionadas acima (estruturalistas e pré-deterministas).

G. Becattini (*apud* LIPIETZ, 1994, p.14) assinalou que o tipo de organização industrial dessas regiões, uma mistura de concorrência-emulação-cooperação no meio de um sistema de empresas pequenas e médias, lembrava um conceito antigo: o “distrito industrial.”

LIPIETZ (1994, p.14) credita a Piore e Sabel (1984) a interpretação desses casos, dentro de uma tendência mais ampla chamada “especialização flexível”, na qual a forma espacial seria o distrito, comparativamente ao circuito de ramo, que é a forma espacial do fordismo. Afirmo Lipietz que:

“Esta nova bifurcação industrial devolveu com efeito todo o seu lugar à profissionalidade da mão-de-obra, de um lado, e, de outro, à inovação descentralizada e à coordenação (pelo mercado e pela reciprocidade) entre firmas: duas características já evocadas a respeito da atmosfera social do distrito industrial” (LIPIETZ, 1994, p.14).



Analisa alguns casos, mostrando conclusões semelhantes, por caminhos diferentes. LIPIETZ (1994, p.14) afirma que na Califórnia (EUA) propuseram um modelo de emergência de “*pólos de crescimento*” surgidos quase do nada, estabelecendo uma nova maneira de se conceber e interpretar o desenvolvimento das regiões.

“Assim, do menor distrito italiano até as megalópoles mundiais, o novo paradigma tecnológico da “especialização flexível” daria impulso não somente à volta das usinas e dos escritórios para as zonas urbanas, mas ainda a (sic) retomada do crescimento quantitativo das metrópoles; forma espacial enfim encontrada da saída da crise do fordismo. A futura hierarquia das cidades e regiões urbanas mundiais resultaria da estratégia interna desses distritos (ou conjunto de distritos): que vençam os melhores!” (LIPIETZ, 1994, p. 15).

Está, então, colocado um novo paradigma, em que a coordenação entre diversos agentes – a firma, o profissional, o Estado – interligados num espaço comum – o local, a região – e sedimentados por uma forte relação – a “*atmosfera*” – acrescenta elementos novos e cria perspectivas de desenvolvimento para diversas situações antes tidas como difíceis de superar.

Sintetizando essa evolução, o autor ressalta o deslocamento das preocupações teóricas e faz considerações sobre o método, destacando, por um lado, que o “*estudo das modalidades das relações entre atividades econômicas separadas*” ganha peso nessa nova maneira de produzir; e, por outro lado, a “*espontaneidade aparente dos agentes nas suas iniciativas concorrentes parece ter a primeira e a última palavra. Essa grande mudança parece ser a chave da nova geografia econômica.*”

No entanto, a “*espontaneidade aparente*” de que trata não está desvinculada das condições pelas quais a sociedade se articula. O próprio autor, apontando uma “*contradição entre a subjetividade empresarial e a coerência social*”, afirma que há a necessidade de uma regulação, pois, segundo ele, “*a materialização das atividades no espaço, a paisagem econômica no sentido próprio da palavra, é a primeira das formas de regulação*” (LIPIETZ, 1994, p. 15).

O desenvolvimento de meios de comunicação, que permitem a realização de controle a longas distâncias de forma instantânea, introduziu preocupações diferenciadas na compreensão do que poderão vir a ser as novas formas de assentamento da humanidade. A diminuição dos equipamentos de processamento de informação, a criação dos computadores pessoais, dão



margem a se vislumbrarem novas formas de organização social, “*abrindo lugar para a utopia e a esperança*” (SANTOS, 2000), fazendo renascer expectativas bucólicas, de retorno à natureza, de vida no campo, do homem isolado no espaço, mas que desempenha todas as atividades hoje exercidas na cidade, sem estar na cidade. Entretanto, mesmo com a diminuição da taxa de crescimento urbano verificado nas metrópoles, principalmente do primeiro mundo, essa expectativa ainda não se confirma, principalmente para os países do terceiro mundo ou países emergentes.

As cidades médias passam a liderar o crescimento urbano nos principais países do mundo. SANTOS (1994) explica essa tendência, relacionando-a ao atual estágio de desenvolvimento técnico, intimamente ligado ao próprio desenvolvimento científico e que confere nova qualidade ao espaço.

URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E COOPERAÇÃO

Com relação ao fenômeno observado do crescimento relativamente maior das cidades médias (entre 200 mil e um milhão de habitantes) comparado às metrópoles com mais de um milhão de habitantes do Brasil, Santos apresenta algumas considerações sobre a situação estudada. Após descrever os dados comparativos entre os dois casos, afirma que:

“Essas cidades médias vão, cada vez mais, e isso num crescendo, convertendo-se em uma casa do trabalho intelectual, o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamarão cada vez mais por trabalho qualificado, enquanto as maiores cidades, as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e despreparadas” (SANTOS, 1994, p.23).

Segundo a CEPAL (1998), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, atualmente 73,4% da população da América Latina e Caribe vivem nas cidades, percentual que deverá chegar a 85% até o ano 2025. As cidades médias são as que mais crescem na região, devendo, portanto, absorver uma grande parte desse crescimento geral, segundo esse estudo. O Brasil, segundo o Censo-2000 (IBGE, 2000), já apresenta 81,2% da população vivendo nas cidades.

ANDRADE & SERRA (1999), ao estudar esse fenômeno no Brasil, demonstram que:



“Entre 1970 e 1991, os municípios com população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes incorporaram cerca de 35 por cento de todo crescimento demográfico urbano nacional. Tal dinamismo fez com que este conjunto de centros, que em 1970 detinham 12,6 por cento da população urbana nacional, passasse em 1991 a agrupar 24,4 por cento desta mesma população.”

Nos Estados Unidos, outras regiões crescem e se desenvolvem, como a região da Califórnia, suscitando novas explicações. Lipietz, Castells, Harvey, Gottdiener e outros estudam o fenômeno, procurando entender o novo paradigma.

SANTOS (1994) explica o papel atual de algumas metrópoles, tal como São Paulo, chamado “*informacional*” ou “*relacional*”, onde se “*promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política*” SANTOS (1994, p.24).

Constatando que vivemos um “*novo patamar da integração territorial brasileira, com uma nova qualidade do sistema territorial urbano, (...) devido à maior densidade da configuração territorial (...)*”, o autor avança afirmando que o “*uso da ciência, da tecnologia e da informação cria as condições para uma maior divisão do trabalho,*” formulando, assim, a hipótese de que estas condições poderão propiciar “*mais solidariedade e maior peso dos fatores organizacionais, levando a uma rapidez e a um vigor maiores, ou mesmo brutais, nas mudanças de hierarquia*” (SANTOS, 1994, p.25).

Acreditando que o futuro é feito de “*tendências e de vontade*”, afirma tacitamente que isso dependerá das “*políticas públicas que possam ser geradas.*” Finaliza, afirmando que:

“A forma que toma a urbanização neste fim de século aparece como um dado fundamental para admitirmos que o processo irá adquirir uma dinâmica política própria, estrutural, apontando para uma evolução que poderá – se não for brutalmente interrompida – ser positiva” (SANTOS, 1994, p.26).

Lipietz parece concordar com Santos ao afirmar que “*a aglomeração, com o seu cortejo de oportunidades potenciais, atualizáveis a baixo custo, foi e permanece a primeira condição do mercado capitalista*” (LIPIETZ, 1994, p.15). E, também, põe por terra os sonhos alimentados de uma sociedade organizada de indivíduos isolados, afirmando que “*é mais um*



resultado convergente da geografia econômica: a telemática em nada fez recuar o desejo de aglomeração. Para agarrar as 'oportunidades', é preciso estar lá, estar no lugar, observar, com os seus próprios olhos, 'face a face' " (LIPIETZ, 1994, p.15).

Comenta, ainda este autor, as novas formas de organização da produção e suas implicações espaciais. Descreve, por um lado, os “*distritos industriais*”, cujo modelo é a “*Terceira Itália*”, em que a “*atmosfera*” favorece as transações mercantis e se materializa na própria sociedade civil; e, por outro, a “*acumulação flexível*”, formada pela polarização do trabalho, polarização social, triunfo do mercado, retirada do Estado, flexibilização das técnicas e da mão-de-obra.

Após algumas considerações sobre os limites desses “*modelos*”, conclui, inclusive citando outros autores, que “*o novo modelo simplesmente não existe ainda, é, portanto, inútil adaptar as formas de desenvolvimento espacial ao conceito da 'acumulação flexível'. É melhor estudar ao vivo as novas formas de regulação que se colocam e refletir sobre a sua coerência*” (LIPIETZ, 1994, p.16).

“É aí que se amarram, pouco a pouco, todas as contribuições recentes buscando superar os termos caricaturais do debate: 'divisão internacional de trabalho' contra 'distritos industriais'. E, como é de regiões urbanas que se trata, a atenção vai se focalizar sobre as formas de regulação intermediárias entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação do Estado. Emerge então um conceito inglês para o qual é difícil dar um nome em francês: aquele de governance” (LIPIETZ, 1994, p.16).

“Governance”

Lipietz define assim o conceito de “Governance”:

“Trata-se de todas as formas de regulação que não são nem mercantis, nem do Estado. Para parafrasear a definição de Gramsci (o estado = sociedade civil + sociedade política), a governança é a sociedade menos o mercado. Mas, temos de acrescentar a sociedade política local, os notáveis, as municipalidades” (LIPIETZ, 1994, p.16-17).

O conceito, introduzido por Lipietz, procura amarrar a compreensão sobre as novas formas de organização das regiões, que suplantam o paradigma da divisão internacional do trabalho, e as etapas de desenvolvimento, ou mesmo o



desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Estas estão vinculadas aos modelos de organização territorial, em que a rígida hierarquização de suas estruturas e infra-estruturas, aliada a uma grande densidade, permite condições de acumulação para grandes empresas multinacionais e seus países de origem.

Introduz, de nova maneira, a questão da cooperação entre os diversos atores. Nesse sentido, procura estabelecer algumas relações entre as organizações industriais, a coordenação de suas operações e a infra-estrutura de transporte e de comunicações. Cada uma supre aspectos particulares dentro dessa forma organizacional. Assim descreve:

“ ... Se a essência da nova organização industrial é a conjunção da autonomia de gestão das unidades econômicas e de sua cooperação rotinizada, umas com as outras, (divisão social, mais ‘face a face’), a topologia da rede vai depender das formas técnicas e sociais de organização e de interface do que tem de permanecer ‘modularizado’ de um lado, ‘coordenado’ de outro. (...) Por conseguinte, uma boa rede de transportes e de comunicações pode compensar a perda de certas vantagens de aglomeração” (LIPIETZ, 1994, p.17).

Chamando a atenção para a necessidade da existência de uma “*atmosfera específica do distrito de redes*” e para as dificuldades de formação dessa atmosfera, é introduzida a questão que parece ser fundamental nesse processo e para o novo paradigma: a política. Ao mesmo tempo, o autor em foco lembra que, ao se definir que regiões necessitam do agente político para seu funcionamento, ficam desbancadas as teorias neo-liberais, que pregam o afastamento do Estado.

O ESTADO AGENTE OU GERENTE

Entretanto, a retomada dessa vertente, proporcionada por agente tão polêmico, não ocorre por acaso. Condições específicas relacionadas às características da gestão própria de cada região podem produzir resultados bastante diferenciados. Em sua conclusão sobre esse papel, Lipietz chama a atenção para tal aspecto, da seguinte maneira:

“A insuperável dialética do local e do global, que apontamos na introdução como consubstancial a toda análise social, é reencontrada a (sic) nível de formas de governança. Portanto, só poderá haver um certo tipo



de 'regiões que ganham' (ou, de preferência, uma certa maneira de ganhar; para uma região) no quadro de um certo tipo de Estado nacional (ou confederal: Lipietz [...], Leborgne e Lipietz [...]) e esses Estados só ganharão na competição econômica internacional se souberem suscitar este tipo de 'regiões que ganham'. E as regiões ou os países que 'perdem' serão condenados à marginalização, ou a uma subordinação cada vez mais estrutural (por exemplo, via subcontratação), em relação às regiões que ganham" (LIPIETZ, 1994, p.18).

SANTOS (2000), em recente trabalho, analisando aspectos relacionados ao Estado, em particular à inserção do Estado brasileiro nesse contexto, afirma que o Estado continua forte, pois é ele quem dispõe das condições de regulação nas regiões, bem como é ele quem financia e constrói infra-estrutura, ou seja, prepara as condições gerais para essa organização. Assim, afirma:

“Ao contrário do que se repete impunemente, o Estado continua forte e a prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica. (...) Mas a vida de uma empresa vai além do mero processo técnico de produção e alcança todo o entorno, a começar pelo próprio mercado e incluindo também as infra-estruturas geográficas de apoio, sem o que ela não pode ter êxito. É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade” (SANTOS, 2000, p.77).

QUINTO (2000), estudando as transformações que ocorrem em São Paulo e Região Metropolitana, comparando-as com as que ocorreram e ainda acontecem em Los Angeles, um dos modelos do novo paradigma, conclui que o mercado da mão-de-obra é que tem o impacto mais significativo:

“Nas transformações ocorridas em Los Angeles no processo de reestruturação produtiva, observamos que processos suplementares de diferenciação tendem a invadir as estruturas do mercado de trabalho. As transformações na estrutura territorial da metrópole em função da reestruturação produtiva, no caso da metrópole paulistana, não deverá ser significativa (sic). Porém, no que diz respeito ao mercado de mão de obra e sua localização residencial, deverão ser bastante afetados tal como vem ocorrendo em Los Angeles” (QUINTO, 2000).

ARAÚJO (1999), ao analisar o Programa Brasil em Ação, definidor dos projetos prioritários de investimento para o período 1996-1999, especificamente os de infra-estrutura, que são, segundo sua avaliação, “*capazes de influir na*



dinâmica regional do Brasil, em tempos de globalização” (destaque da autora), explicita e critica algumas tendências importantes, perceptíveis nesse projeto em relação a:

- “(...) *integração dos espaços dinâmicos do Brasil ao mercado externo, em especial ao Mercosul e ao restante da América do Sul, consistente com a opção brasileira de promover a **integração competitiva**; (...)*
- (...) *prioriza dotando de acessibilidade os **focos dinâmicos** do Brasil (agrícolas, agro-industriais, agropecuários ou industriais), deixando em segundo plano as áreas menos dinâmicas ou os tradicionais investimentos **autônomos** (...);*
- (...) *concentra os investimentos no Sul/Sudeste, na fronteira noroeste, e em pontos dinâmicos do Nordeste e Norte, seguindo os espaços que vêm concentrando maior dinamismo nos anos recentes*” (destaques da autora) (ARAÚJO, 1999, p.19-20).

Compara, ainda, as conclusões a que chegaram os professores do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, citados por BRANDÃO *et al.* (apud ARAÚJO, 1999, p.20), em que “os investimentos propostos nos **Eixos** aprofundam, ao invés de buscarem reduzir, a heterogeneidade estrutural do Estado. Fragmentam, ao invés de integrar” (destaque da autora).

A concentração do capital em algumas grandes empresas multinacionais faz do Estado um mero apêndice de seus interesses. DOWBOR (1999, p.22) explica que “a formação de um megapoder das 500 a 600 corporações transnacionais deslocou os espaços políticos.” Esse deslocamento acontece pela força econômica que essas empresas adquiriram. Como exemplo, o autor cita que a “ *fusão recente de bancos gerou um grupo financeiro com 700 bilhões de dólares de capital*” (DOWBOR, 1999, p.9). Se compararmos com o valor do PIB brasileiro, teremos a dimensão do que significa isso: US\$ 777 bilhões em 1998, segundo dados do Banco Central do Brasil. Outra comparação feita por Dowbor é em relação ao valor das transferências especulativas que atingem a ordem de 1,3 trilhão de dólares. Afirma o autor que não chegam a meia dúzia os países do mundo que conseguem ultrapassar a faixa do trilhão de dólares na produção de bens e serviços por ano.

O que fica explícito com essas análises é que a integração do Brasil no processo de internacionalização e globalização tem suas particularidades, não sendo apenas um reflexo do que ocorre na Itália ou nos Estados Unidos.



O Estado cumpre um papel importante nessa reestruturação, criando políticas e fazendo suas opções no sentido de promover uma integração com o mercado global. A questão é que essas políticas e opções, sinalizadas até o presente pelo Estado brasileiro, não se dirigem para a criação de um mercado consumidor interno forte, possibilitando uma inserção que garanta um crescimento adequado a todas as regiões do País. Ao contrário, aponta para estimular áreas de **maior dinamismo e competitividade** a se integrarem ao mercado globalizado, competindo a partir de interesses privados, em detrimento do mercado interno, do mercado local e das regiões internas ao País. Responde mais aos interesses de grandes grupos financeiros e especulativos do que às necessidades de sua população. Corre o risco de promover, assim, a fragmentação do território, ao invés de sua integração, e a ampliação das desigualdades, ao invés de sua minimização (ARAÚJO, 2000, p.21).

O poder local emergente

O Estado centralizado, que pretendia dar respostas a todos os problemas de um grande território, não está atualmente à altura das necessidades internas de seus diferentes lugares, seus diferentes municípios, diferentes regiões, se é que esteve, em algum momento.

A diversidade das condições locais – físico-territorial, de infra-estrutura, de meios-de-consumo coletivo (educação, saúde e outros), de etnias, crenças, costumes, etc. – evoca problemas que necessitam respostas específicas a cada situação.

As mais diferentes iniciativas, com agentes de outros níveis governamentais ou não, surgem a todo momento apontando para uma possibilidade diferente. ARAÚJO (1999, p.21) menciona que “(...) a emergência de atores locais ativos (governos estaduais, governos municipais, entidades empresariais locais) é um fato importante no contexto dos anos recentes.” Enfatiza a necessidade de ação do Governo Federal, do Estado Nacional. Fortalece o aspecto positivo que estes novos atores, “que vêm de baixo,” podem cumprir nesse processo, atuando como articuladores de projetos e estratégias de desenvolvimento local e regional.

Dissertando sobre os problemas que a globalização tem trazido para os povos do mundo todo, a *fábula* e a *perversidade* da situação, as condições materiais em que isto ocorre, particularmente em relação ao avanço das condições científicas, tecnológicas e informacionais do mundo atual, SANTOS (2000) também concorda com as possibilidades abertas por esses novos atores. Cita-os



como sendo o processo da tomada de consciência da classe média frente à sua recente experiência com a perda do partilhamento do poder e a convivência com a escassez. Enfatiza a necessidade de uma aliança, da busca de solidariedade para com os pobres que vivem em situação de carência, que são *“aqueles que descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta”* (SANTOS, 2000, p.132).

Reafirma a força que tem o Estado atual. Que ele não está morto e, assim, revela a quem está servindo prioritariamente. Ao mesmo tempo, denuncia as condições a que estão submetidas grandes parcelas da população, as quais deveriam receber a atenção desse Estado.

“Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil” (SANTOS, 2000, p.19).

Afirmando que a *“história apenas começa,”* o autor convida a ousar, *“pensar que a história do Homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória”* (SANTOS, 2000, p.173).

Como defendem Araújo, Santos e outros, constatar a situação de “entrega” do patrimônio social e de “descompromisso” com as condições de vida das pessoas não é o fim da questão. É apenas o começo. Há uma outra possibilidade sendo forjada que merece atenção e preparo para ser enfrentada, utilizando-nos de todas as possibilidades que temos à mão. E essas possibilidades não são poucas. Como reafirma SANTOS (2000, p.174), *“as condições materiais estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas seu destino vai depender de como disponibilidades e possibilidades serão aproveitadas pela política.”*

Experiências emergentes

DOWBOR (1999) recorda as últimas conferências sobre assentamentos humanos e outros estudos sobre os problemas urbanos do mundo atual. Afirmando que a cidade é a unidade social básica da organização social e lembrando que milhares de cidades no mundo são **organizadas** de maneira equilibrada, defende que não se espere por uma saída de um *“gênio teórico”*, mas sim, que



se busquem formas de articulação democrática da Sociedade Civil, do Estado, e das Empresas aos objetivos econômicos, sociais e ambientais, procurando superar o desgaste das formas tradicionais de política. O autor aponta para a importância das grandes corporações financeiras transnacionais e do poder econômico – e consequentemente político – que elas detêm, paralelamente à fragilidade do Estado, e ressalta a importância das chamadas **organizações da sociedade civil** e a necessidade de sua incorporação ao processo social, compondo um tripé social: empresas, poder político e sociedade civil organizada.

O autor enfatiza a importância das redes informacionais nesse processo, quebrando o isolamento a que eram submetidas antigas organizações, “*onde a Internet já nos aponta para paradigmas renovados de organização social.*” Questiona a “*velha verticalidade*”, vendo-a como inviável diante de tantas possibilidades novas, proporcionadas por essas redes. Ressalta que a questão não passa mais para a opção entre “*privatização ou estatização*”, mas pela “*construção de articulações adequadas entre Estado, mercado e comunidade, por um lado, e os diversos níveis de Estado – poder central, estadual e municipal – por outro*” (DOWBOR, 1999, p.12).

Dowbor ilustra essa possibilidade com a experiência pela qual vem passando a África do Sul: negociações diretas entre os interessados, que efetivamente movem a máquina econômica do país, ao contrário da nossa experiência, em que somos controlados pelos interesses de monopólios públicos ou privados. Cita também a experiência escandinava, onde parte essencial dos recursos é alocada “*através de um sistema generalizado de cooperação política entre centros independentes de tomada de decisão no Estado, nas organizações e nas instituições financeiras*” (NIELSEN & PEDERSEN, *apud* DOWBOR, 1999, p.13).

O autor lembra a experiência brasileira das **câmaras setoriais** e experiências em andamento, como a da Prefeitura de Porto Alegre e outras, através de orçamentos participativos. Mostrando compreensão das dificuldades inerentes às propostas apresentadas, tendo em vista a realidade brasileira e, também, a realidade da globalização econômica, afirma que o problema essencial está em “*dimensionar o espaço viável de construção de projetos políticos nacionais, regionais e locais, dentro de um quadro econômico e político manejado por atores que trabalham em níveis diferentes*” (DOWBOR, 1999, p.15). Procura, assim, enxergar os limites e as possibilidades dessa saída. Segundo ele, o enfrentamento efetivo do *apartheid* social interno é a única forma de o Governo recuperar a capacidade de manobra interna e externa.

Ao demonstrar as inúmeras possibilidades de organização por fora dos sistemas tradicionais – empresas, Estado – e a relação de uma grande parcela



destes com a esfera de atuação local, o autor ressalta a importância do município, do Poder local, na organização dessa saída, nada burocrática.

DOWBOR (1999, p.25) faz coro à crítica feita por Darci Ribeiro, de que a classe dirigente brasileira “conseguiu nestes últimos cinco séculos permanecer igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia,” ou melhor, segundo DOWBOR (1999, p.23), “o capitalismo brasileiro, nesse ponto, consegue uma proeza impressionante: não mudou nada.”

Conclui ressaltando as novas experiências que constroem uma consciência cidadã:

“... programas de renda mínima, que associam renda com educação e abrem algumas perspectivas para os mais pobres; programas de geração de emprego e renda, além de reformas agrárias pontuais, que contribuem para elevar o nível de renda de todos, inclusive dos mais ricos; impostos progressivos sobre os usos especulativos do solo urbano; gestão de programas sociais através de organizações da sociedade civil e assim por diante” (DOWBOR, 1999, p.23).

O autor enfatiza que o avanço e o sucesso dessas experiências tendem a ter um efeito multiplicador. Há um crescente número de municípios que conhecem alternativas em que dependem mais de si mesmos, dando uma perspectiva de transição organizada para uma outra sociedade. Chama a atenção para um “crescente número de grupos empresariais, de jornalistas, de professores, de formadores de opinião dos mais diversos níveis, que está tomando consciência de que a mudança é necessária e de que as formas organizadas que essa mudança está assumindo constituem uma oportunidade histórica” (DOWBOR, 1999, p.23).

BONDUKI (1996) organiza o relato e a reflexão da última Conferência sobre o Habitat desse século. Muitas experiências apontam para questões relacionadas a saídas locais e regionais voltadas para o gerenciamento, auditoria não-governamental, proteção e recuperação de áreas degradadas, destinadas à habitação ou à proteção de mananciais, gestão pública não-estatal, etc. A ênfase dos relatos está na participação da população, através de associações, cooperativas e outros tipos de organizações não-governamentais. Mas, outras tantas se dão a partir da iniciativa do poder local, através de governos comprometidos com suas comunidades e que estabelecem uma relação de parceria, cooperação e comprometimento para mudar as prioridades da máquina pública em benefício da população. Por outro lado, há uma grande reflexão sobre o significado dessas experiências, aliada à compreensão do novo papel do poder local, discutido na



Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos – Habitat II, que ocorreu em Istambul em 1996. A Conferência reconheceu “*o poder local como sujeito de direito internacional, ao lado dos Estados Nacionais e dos cidadãos*” (ROLNIK, 1999, p.15).

O poder local passa a ser, segundo essa óptica, um elemento fundamental para a formulação de políticas e programas. A Conferência define ainda que as responsabilidades cabem, estruturalmente, aos planos nacional e internacional. E propõe “*um enfrentamento dos problemas através da ação das autoridades locais, da participação cívica, e do estabelecimento de parcerias em todos os níveis de governo com o setor privado, o setor das cooperativas, das organizações não-governamentais e comunitárias, dos trabalhadores, empresários e da sociedade civil em geral*” (ROLNIK, 1999, p.16).

Esse princípio, a parceria, está intimamente vinculado à participação popular, estabelecendo uma relação de comprometimento entre as esferas governamentais e a sociedade civil, bastante possível no plano local.

É necessário, entretanto, estabelecer uma reflexão sobre essa visão. Se, por um lado, contempla mecanismos que podem evitar abusos e desvios por parte dos governos dos estados e municípios, por outro, a interpretação de quem é o agente que participa, qual é o seu papel e seu poder (sua força) no processo, pode deixar margens a manobras que levam a desgastes dessa possível e desejável saída.

Dessa forma, MARICATO (1999, p.38-44) propõe alguns conceitos que podem estabelecer parâmetros para interpretar o “novo agente”, ao definir as parcerias como sendo “*entre Estado/entidades sociais não-lucrativas, com gestão descentralizada,*” que, segundo a autora, podem garantir, através desta participação democrática, a eficácia na aplicação dos recursos públicos e a sua fiscalização.

CONSIDERAÇÕES SOBRE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

A realidade das cidades e regiões exige mecanismos adequados para superar os problemas imediatos e proporcionar condições que assegurem a melhoria da qualidade de vida da população para as atuais e futuras gerações. A cooperação, sob diversas faces, aparece de forma renovada e atua como um elemento fundamental nesse processo.

Experiências de participação popular – organização da sociedade civil em entidades sem fins lucrativos, iniciativas pioneiras de envolvimento e parceria entre poder público e a sociedade organizada, e também o incentivo à participação e incorporação desse comportamento, formando uma nova mentalidade, uma



cultura mais propícia à solidariedade – vão emergindo no cenário, apontando caminhos que, em outras épocas, recentes até, foram tratados como subversivos e reprimidos pela polícia e até pelo exército. Essa repressão, que ainda não desapareceu totalmente, cada vez mais se mostra incoerente e desgastante para os governos.

O ambiente internacional reflete-se internamente, com uma grande pressão, redirecionando os investimentos do Estado para o aumento da rentabilidade do setor financeiro, prejudicando sensivelmente o atendimento das condições básicas de habitação, saúde e educação. O Estado se legitima através de um processo em que apresenta a sua crise como tendo raízes no seu controle sobre determinados setores da economia ou de empresas. Justifica, então, um desmonte das empresas estatais e sua posterior privatização, para cobrir um rombo que está sendo promovido pelo próprio Estado.

O compromisso desse Estado com o consumo conspícuo e a produção da riqueza de “papéis” (títulos, ações e câmbio), paralelamente ao abandono da classe média à própria sorte, abre a brecha para o surgimento desse novo ator que, em aliança com a camada pobre, mas lutadora, pode produzir uma transformação da sociedade.

A ciência propicia um desenvolvimento da técnica que altera substancialmente as condições produtivas. A educação de massa e de qualidade, juntamente com o investimento no desenvolvimento técnico-científico, alavanca economias, modifica padrões de distribuição da população no território e pode alterar substancialmente a posição que as cidades, as regiões, os países, ocupam em relação aos que não se estruturam para essa nova etapa.

A velocidade da circulação das informações, as novas tecnologias de disseminação, junto com a massificação do uso e do acesso a alternativas variadas, levam a mudanças nas relações entre as pessoas, que possibilitam um aumento da troca (de informações, experiências e mercadorias) que **comprimem o tempo e o espaço**, criando **territórios descontínuos**, mas intermulticonectados.

A associação e a cooperação de entidades públicas e privadas não lucrativas, intergovernamentais do mesmo ou diferente escalão, põem em evidência a necessidade de envolvimento de entidades da sociedade civil de diferentes tipos e fazem emergir novos conceitos, conceitos que buscam respostas para os problemas que o Estado dá mostras de que não poderá – ou não se interessará – resolver.

Governance, consórcio intermunicipal, Associação de Municípios, Fórum Intermunicipal, ou qualquer outra denominação que venham a ter, são mecanismos e conceitos que estão sendo experimentados. Reúnem uma grande quantidade de pessoas ante os mais variados problemas locais e regionais. Os grupos



possibilitam uma ação propositiva, muitas vezes combinada com a fiscalização e execução de tarefas até então somente reivindicadas.

Esse é o centro dessa investigação, que pode ser entendido como uma renovada forma de cooperação, em que vários elementos não estão circunscritos somente à esfera da produção ou do Estado. Isso não significa que não produzam, nem que não se relacionem com o Estado. Tampouco se limitam a uma sociedade onde o lucro é o objetivo supremo, mas buscam novas relações para produzir e viver de maneira a tirar proveito do conhecimento e das técnicas desenvolvidas para a manutenção adequada da vida desta e das próximas gerações. Estabelecem relações mais complexas dessa realidade multifacetada. Criam novos elementos e procuram espaços alternativos, nichos, possíveis de serem utilizados de forma eficiente para a melhoria de suas condições de vida e de existência.

Considerando estes aspectos, devemos buscar a elaboração de planos de desenvolvimento urbano regional em que haja, de fato, a inserção e participação dos diversos agentes sociais, econômicos e políticos, da sociedade civil, para que, juntamente com o plano de intervenção territorial, sejam asseguradas condições para a inclusão social daqueles que estão vivendo à margem do atual ciclo produtivo, ao mesmo tempo em que se assegurem as condições de manutenção dos agentes produtivos. Os aspectos físico-territoriais perpassam necessariamente pelos problemas sociais vivenciados por nossos semelhantes e a eles devemos uma resposta, técnica e política, ou então não haverá razão para nossa existência, tanto profissional, quanto humana.

REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, A.1, n.2, p.9-24, 1999.

BERGOC, Gilson Jacob. **Associações de Municípios do Estado do Paraná: cooperação e planejamento para o desenvolvimento regional**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – FAU/USP.

BONDUKI, N. (Org.). **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile. Cidades intermedias: un recurso para el desarrollo. **Notas de La Cepal**, n.1, p.1-6, 1998.



- DOWBOR, L. O poder local diante dos novos desafios sociais. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM, São Paulo, SP. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cepam, 1999.
- ENCONTRO PARANAENSE PARA O HABITAT, 2. Curitiba, PR. **Assentamentos humanos para o século 21: a criação de um novo cenário – resultados e recomendações**. Curitiba: IPARDES, 1995.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- IPEA, Brasília, DF. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA/UNICAMP. IE.NESUR/IBGE, 1999, v.2 (Coleção Pesquisas, 3), (no prelo).
- IPEA, Brasília, DF. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – região sul**, v.6. Brasília: IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP/IPARDES, 2000.
- LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Debates).
- LAMPARELLI, C. M. Metodologia do Planejamento Urbano. In: CAVALCANTI, A. H. P. de T.; CAVALCANTI, M. (Orgs.) **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- LAMPARELLI, C. M.; CAMARGO, A. R.; GEORGE, P. C. S. **Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: o urbano**. São Paulo: USP:FAU:AUH:LAP, 1997. (Cadernos de Pesquisa do LAP, 17).
- LAMPARELLI, C. M. Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento: Soluções Regionais para o Desenvolvimento Municipal. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM, São Paulo, SP. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Cepam, 1999.
- LENZANA, R.G. R.; LAUS, R. B.; MACEDO, F. E. A. de. **O associativismo catarinense: uma visita às associações municipais do Estado de Santa Catarina**. Curitiba: SEDU, 1997. p.5. (cópia reprográfica).
- LIPIETZ, A. **O Capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988. (Coleção Espaços).
- LOEB, R. Aspectos do Planejamento Territorial Urbano no Brasil. In: LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. (Coleção Debates).
- LOJKINE, J. Contribuição a uma teoria marxista da urbanização capitalista. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v.52, p.123-145, 1972.
- LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.



MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades: uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L.C. de Q.; SANTOS Jr. O. A. dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. n.2, 1999. Recife (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional): Norma Lacerda: A Associação, 1999.

Revista de Estudos Urbanos e Regionais. **Espaço & Debates**. n.38. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, NERU, 1981.

Revista de Estudos Urbanos e Regionais. **Espaço & Debates**. n.39. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, NERU, 1981.

ROLNICK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TOPALOV, C. **La urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis**. México: Ddicol México, 1978. (Colección Diseño: Ruptura y alternativas).